

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

1 No mês de abril, a dívida líquida do Tesouro Nacional atingiu 21,4% do PIB estimado para os últimos doze meses, representando um aumento de 0,9 ponto percentual sobre o nível de março. Tal crescimento deve-se ao aumento do estoque da dívida mobiliária interna em mercado em R\$ 6,2 bilhões, aliado à elevação do saldo da dívida externa em R\$ 8,7 bilhões.

O aumento da DPMF em mercado, em abril, deveu-se principalmente à apropriação de juros de R\$ 5,2 bilhões sobre o estoque. Com relação à dívida externa, o crescimento do saldo decorreu da nova emissão do Bônus Samurai no mercado japonês e da desvalorização cambial de 3,4% ocorrida no mês.

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado nos últimos três meses.

Em abril, o aumento da dívida líquida do Tesouro Nacional em 0,9 ponto percentual do PIB decorreu, principalmente, da oscilação do câmbio ocorrida no mês.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2000

	2000		
	Fev	Mar	Abr
I. DÍVIDA INTERNA	92.285	99.730	104.123
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	359.689	367.120	373.303
Dívida Securitizada	33.128	32.119	31.613
Dívida Contratual da STN	-233.158	-232.394	-233.747
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-199.296	-199.536	-200.224
Demais Dívida Contratuais	-33.863	-32.858	-33.523
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-67.373	-67.115	-67.046
Fat	-47.450	-47.220	-47.039
Demais Entidades	-19.923	-19.895	-20.006
II. DÍVIDA EXTERNA	115.887	116.796	125.509
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	89.076	89.623	96.043
Títulos Depositados em Garantia	-4.695	-4.837	-4.516
Dívida Contratual	32.227	32.751	34.724
Disponibilidades	-721	-741	-742
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	208.172	216.526	229.633
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	19,9%	20,5%	21,4%

Do total da dívida líquida do Tesouro Nacional, em abril, 45,4% refere-se a dívida interna e 54,6% a dívida externa.

Em abril, as emissões totais realizadas pelo Tesouro Nacional montaram a R\$ 27,4 bilhões, das quais a maior parte refere-se a colocações em ofertas públicas. Considerados os resgates e os encargos, a dívida interna total apresentou resgate líquido de R\$ 574,0 milhões, sendo R\$ R\$ 894,0 milhões em

dívida securitizada e R\$ 42,0 milhões em TDA, contra uma emissão líquida de R\$ 362,0 milhões em dívida mobiliária.

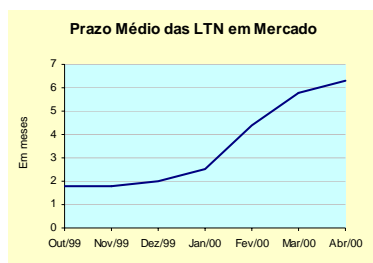
TABELA 3
EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Abr/2000 (R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I. Emissões	26.450	573	27.023
LFT	10.996	457	11.453
LTN	13.883	0	13.883
NTN-C	1.557	0	1.557
Demais	13	116	130
II. Resgates	26.628		26.628
LFT	18.012		18.012
LTN	6.717		6.717
NTN-C	0		0
Demais	1.899		1.899
III. Valor líquido (I-II)	-178	573	395
TDA			
I. Emissões		1	1
II. Resgates		44	44
III. Valor líquido (I-II)		-42	-42
Securitizados			
I. Emissões		376	376
II. Resgates		1.270	1.270
III. Valor líquido (I-II)		-894	-894
Total			
I. Emissões	26.450	951	27.400
II. Resgates	26.628	1.314	27.942
III. Valor líquido (I-II)	-178	-363	-542

Em abril, houve resgate líquido da dívida interna total do Tesouro Nacional de R\$ 574,0 milhões.

No que diz respeito às colocações em mercado, destacam-se as emissões de LFT, no valor de R\$ 11,0 bilhões, e de LTN, em cerca de R\$ 13,9 bilhões. As LTN foram emitidas com prazo de até 13 meses, o que contribuiu para ampliar o prazo médio desses títulos, de 5,78 meses em março, para 6,31 meses em abril, conforme pode ser observado no gráfico ao lado.

Adicionalmente, em abril ocorreu liquidação financeira do quarto leilão de NTN-C, com a emissão de R\$ 1,6 bilhão. Neste leilão, 57,2% do total de NTN-C foi adquirido por meio da utilização de dívidas securitizadas, volume este bem superior à média dos últimos leilões, que foi de 27,3%.



As colocações diretas, em sua maior parte para refinanciamento de dívidas de estados e municípios, atingiram o montante de R\$ 950,9 milhões, sendo R\$ 573,0 milhões em dívida mobiliária e R\$ 377,9 milhões em dívida securitizada. Destacam-se as seguintes emissões em dívida mobiliária: i) R\$ 405,0 milhões em LFT-B para assunção da dívida contratual do estado do Piauí, no âmbito da Lei nº 9.496/97; ii) R\$ 52,2 milhões em LFT-B, destinadas ao cumprimento do contrato de assunção e refinanciamento da dívida contratual de diversos municípios; iii) R\$ 108,4 milhões em NTN-I, para equalização de taxas no âmbito do Proex; e iv) R\$ 7,4 milhões em CFT-E1, em favor do Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

As colocações de dívida securitizada foram: i) R\$ 177,0 milhões para a assunção das dívidas do estado do Piauí (R\$ 15,5 milhões) e Distrito Federal (R\$ 161,5 milhões), no âmbito da Lei nº 9.496/97; e ii) R\$ 199,0 milhões devido ao contrato de novação de dívida entre a União e Minas Gerais.

Foram cancelados R\$ 1.086,8 milhões em dívida securitizada, decorrentes em especial: i) da sua utilização no leilão de NTN-C, totalizando R\$ 1.068,3 milhões; ii) do pagamento de dívida no âmbito da Lei nº 9.496/97 pelo estado da Bahia, no valor de R\$ 11,1 milhões; e iii) da troca por CFT-E1 recebidos da CEF, de R\$ 7,4 milhões.

Comparativamente a março, neste mês a participação dos títulos prefixados na DPMFi elevou-se 1,9 ponto percentual. Esta mudança na composição dos indexadores mantém a trajetória verificada nos meses anteriores, em linha com a estratégia adotada pelo Tesouro Nacional para o perfil desejado do seu passivo. Apesar da redução na participação da DPMFi, os títulos indexados à taxa Selic ainda são predominantes, representando 66,2% do estoque total da dívida mobiliária.

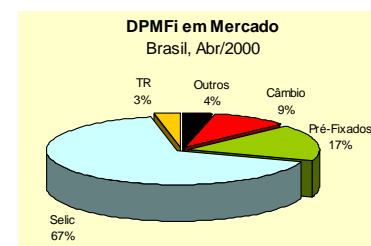
Em abril, as colocações diretas totalizaram R\$ 951,0 milhões, sendo R\$ 833,2 milhões para o refinanciamento de dívidas de estados e municípios.

Composição da Dívida

**TABELA 4
COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM MERCADO
BRASIL, 2000**

(%)

Indexador	2000		
	Fev	Mar	Abr
Selic	70,0	68,1	66,2
Câmbio	10,3	9,7	9,3
Prefixados	13,1	15,4	17,3
TR	3,5	3,5	3,4
Outros	3,1	3,3	3,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0



Os títulos prefixados passaram a compor 17,3% do total da DPMFi em mercado, contra 15,4% no mês anterior.

Merece destaque também a queda da participação relativa dos títulos indexados ao câmbio, conforme tendência verificada desde meados do ano passado. Neste mês, o estoque desses títulos perfizeram 9,3% do estoque da DPMFi, contra 38,3% de junho de 1999. Atualmente, a emissão de títulos com esta configuração está restrita à NTN-I.

No âmbito da dívida securitizada, verificou-se grande aumento da participação dos títulos indexados ao IGP-DI, da ordem de nove pontos percentuais, representando atualmente 54,0% desta dívida. Este aumento ocorreu em função do expressivo resgate de títulos indexados a outros indicadores através do leilão de NTN-C.

Aumento da participação dos títulos vinculados ao IGP-DI, em detrimento da taxa Selic e outros indexadores.



Custo e Prazo Médios

Houve aumento do custo médio dos títulos cambiais, devido à depreciação na taxa de câmbio em abril.

Em abril, o custo médio anual da dívida interna do Tesouro Nacional montou a 22,80%, contra 15,16% no mês anterior. Da mesma forma, o custo da dívida mobiliária em mercado atingiu 23,59%, contra apenas 15,54% em março. Essa variação deve-se ao efeito da depreciação cambial ocorrida no mês, produzindo significativo impacto no custo de carregamento daqueles títulos cuja remuneração baseia-se na taxa de câmbio. Se excluídos os títulos cambiais, o custo médio da dívida mobiliária em mercado teria trajetória mais suave, de 18,28% ao ano para 18,69% ao ano.

O custo médio da dívida securitizada apresentou ligeira redução, repetindo a trajetória dos três meses anteriores. Neste mês, o custo médio ficou em 10,85%, contra 10,98% de março. Este comportamento está associado à evolução dos principais indexadores, sendo o principal deles o IGP-DI, o qual em abril atualizou 54,0% do estoque da dívida securitizada, seguido pela TR (30,0%) e a taxa Selic (14,0%). Neste mês, o IGP-DI apresentou redução de 0,05

ponto percentual, enquanto que a TR e a taxa Selic tiveram redução de 0,09 e 0,15 ponto percentual, respectivamente.

TABELA 5
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF
EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Abr/2000

Título	Indexador	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	Prefixados	17,3%	6,31	22,63%
LFT	Selic	62,2%	12,55	16,77%
NTN-D	Câmbio	6,6%	12,23	78,15%
NTN-S	Prefixados+Selic	4,0%	1,04	18,69%
Demais	Vários	9,8%	-	-
Total DPMF		100,0%	28,40	23,59%
Competitivos			11,37	24,08%
Securitizedos			90,72	10,85%
Total Dívida Interna			32,28	22,80%

Obs.: Prazo Médio em meses.
Custo Médio em % anual.

Mantida a trajetória de aumento dos títulos prefixados, apesar do predomínio daqueles remunerados pela taxa Selic.

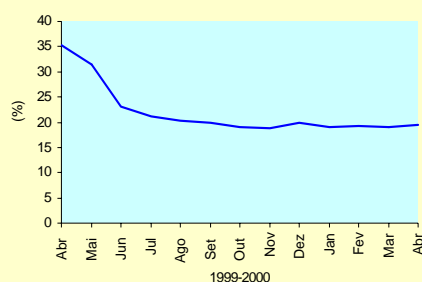
O custo médio anual da DPMFi em mercado emitida por meio de leilões públicos apresentou ligeira elevação, passando de 18,33% em março para 19,47% neste mês de abril. Esta elevação explica-se pelo menor número de dias úteis em abril, tendo em vista que a taxa mensal de carregamento ficou inferior em 0,13 ponto percentual. Se considerarmos o estoque de títulos cambiais este incremento no custo médio torna-se mais acentuado, elevando-se de 16,08% para 24,08%, devido ao efeito da depreciação cambial ocorrida no mês.

TABELA 6
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1999/2000

PERÍODO	(% anual)			
	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)
1999				
Abr	33,65	12,42	35,38	14,57
Mai	26,20	34,02	31,52	34,96
Jun	22,14	27,36	23,20	28,30
Jul	20,42	20,98	21,12	21,95
Ago	19,68	44,67	20,24	32,02
Set	19,52	18,94	19,97	19,82
Out	18,59	22,01	19,05	21,54
Nov	18,59	14,07	18,90	15,41
Dez	19,40	5,12	19,82	8,02
2000				
Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
Abr	18,69	23,59	19,47	24,08

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

DPMFi - Custo Médio
(Inclui apenas os títulos competitivos em mercado, excluídos os indexados ao câmbio)



O custo médio anual dos títulos colocados por meio de leilões sofreu pequena elevação, passando de 19,12% em março para 19,47% em abril.

O prazo médio da dívida interna em mercado no mês de abril atingiu 32,28 meses, ligeiramente inferior ao registrado em março. Em contrapartida, o prazo médio da DPMF em mercado manteve a trajetória de elevação, atingindo 28,4 meses, o maior nível desde setembro do ano passado.

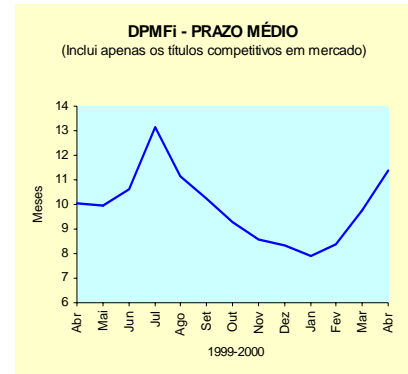
Em abril, o prazo médio dos títulos da DPMFi emitidos por meio de leilões públicos em mercado foi de 11,37 meses, sendo o maior desde setembro/1999.

No âmbito do estoque de títulos colocados em oferta pública, esse aumento foi mais intenso, passando dos 9,74 meses registrados em março para os atuais 11,37 meses. Observa-se melhora no prazo médio, tanto das LTN, que passaram de 5,78 meses para 6,31 meses, quanto das LFT, cujo aumento foi de 10,80 meses para 12,55 meses.

TABELA 7
DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1999/2000 (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
1999		
Abr	28,86	10,06
Mai	28,13	9,95
Jun	27,42	10,63
Jul	28,28	13,15
Ago	28,48	11,12
Set	27,06	10,25
Out	25,48	9,30
Nov	24,44	8,59
Dez	27,90	8,35
2000		
Jan	27,14	7,89
Fev	27,09	8,37
Mar	27,97	9,74
Abr	28,40	11,37

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



O prazo médio da dívida securitizada manteve a tendência de elevação decorrente dos resgates ocorridos no mês, chegando a 90,72 meses.

Dívida Líquida Contratual Interna

Em abril, o saldo dos haveres líquidos do Tesouro Nacional atingiu R\$ 300,8 bilhões (28,1% do PIB). Em termos nominais, houve crescimento de R\$ 1.353,0 milhões no âmbito da STN e queda de R\$ 69,0 milhões nos haveres dos fundos, autarquias e fundações.

TABELA 8
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA
BRASIL, 1999/2000 (R\$ milhões)

	2000		
	Fev	Mar	Abr
TOTAL DA STN	-233.158	-232.394	-233.747
Dívida Bancária	39.748	39.746	39.769
Demais Dívidas da STN	3.147	3.142	3.106
Lei 7.976/89	-10.199	-10.076	-10.240
Lei 8.727/93	-43.665	-43.676	-43.715
Lei 9.496/97	-124.706	-125.487	-125.883
Renegociação de Dívidas dos Municípios - MP 1.969/99	-4.797	-4.806	-4.822
Demais Haveres da STN	-92.687	-91.237	-91.962
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-67.373	-67.115	-67.046
FAT	-47.450	-47.220	-47.039
Demais Entidades	-19.923	-19.895	-20.006
TOTAL	-300.531	-299.509	-300.793
TOTAL/PIB	-28,7%	-28,3%	-28,1%
TOTAL DA STN/PIB	-22,3%	-22,0%	-21,8%

Em abril, o saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional foi de R\$ 125,5 bilhões, ou 11,7% do PIB, crescendo 0,7 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior. O aumento do saldo em reais (R\$ 8,7 bilhões) deveu-se, principalmente, à depreciação cambial da moeda nacional ocorrida no mês.

Em continuidade ao processo de captação de recursos externos, o Brasil realizou, em abril, nova emissão no mercado internacional com o Bônus Samurai 2003, título com *coupon* de 4,5%, no valor de Y\$ 60,0 bilhões (US\$ 568,0 milhões). Tal fato marcou o retorno ao mercado japonês após quatro anos da última emissão. O título, com maturação de três anos, foi vendido ao par, apresentando *spread* de 359 *basis points*.

A previsão inicial de emissão, entre Y\$ 20 e 30 bilhões, foi amplamente superada pela demanda, tendo sido 80% deste total correspondido à demanda de pessoas físicas e o restante a investidores institucionais.

Cabe registrar também a liberação de garantias decorrente de cancelamento de US\$ 20,9 milhões (valor de face) de Bônus ao Par, decorrentes do recebimento de parcela de amortização do Acordo de Reescalonamento de Dívida entre Brasil e Suriname.

No que se refere à execução financeira da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional, foram efetuados pagamentos regulares a organismos multilaterais (R\$ 118,6 milhões de amortização do principal e R\$ 55,2 milhões de juros e encargos), bancos privados/agências governamentais (R\$ 61,8 milhões de amortização e R\$ 22,1 milhões de juros e encargos), Clube de Paris (R\$ 256,5 mil de juros e encargos), além dos pagamentos referentes à dívida mobiliária externa (R\$ 2,3 bilhões), conforme demonstrado na tabela 9.

Dívida Externa

Boxe 3 – Bônus Samurai 2003 (Características)

Montante Emitido: Y\$ 60,0 bilhões.
Data Emissão: 17/04/2000
Data Vencimento: 17/04/2003
Coupon: 4,5% ao ano.
Convenção para Cálculo: mês calendário e ano com 365 dias.
Data de Pagamento de juros: 17/04 e 17/10.
Amortização: *Bullet*
Forma de Título: ao portador.
Denominação: JPY\$ 1.000.000
Condições: Não resgatável antecipadamente.

**TABELA 9
EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
BRASIL, Abr/2000**

Discriminação	(R\$ milhões)		
	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	253,3	2.288,3	2.541,6
I.1. Organismos Multilaterais	118,6	55,2	173,8
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	61,8	22,1	84,0
I.3. Clube de Paris	0,0	0,3	0,3
I.4. Dívida Mobiliária	72,9	2.210,7	2.283,6
Bônus Global 2004 ²	0,0	305,0	305,0
Bônus Global 2008 ³	0,0	101,9	101,9
Bônus DM 2008 ²	0,0	64,7	64,7
Bônus Samurai 2003	0,0	8,8	8,8
Bradies ⁴	72,9	1.730,3	1.803,2

² Título de captação, emitido no contexto da operação de reestruturação dos "Brady Bonds" (Exchange Offer), de acordo com a Resolução nº 69/96, do Senado Federal.

³ Título de captação, emitido de acordo com a Resolução nº 51/97, do Senado Federal.

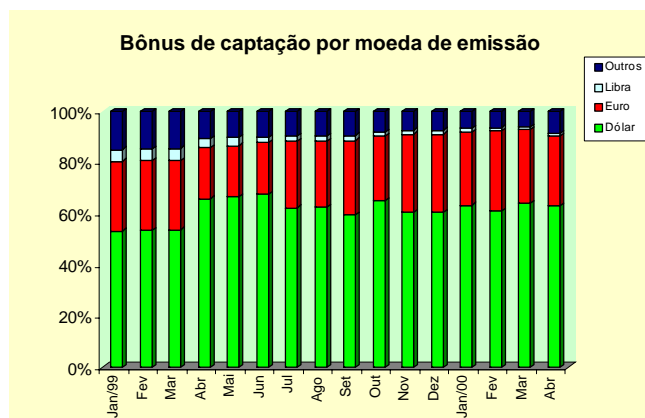
⁴ Títulos emitidos no Plano Brady (Plano brasileiro de financiamento de 1992).

Características

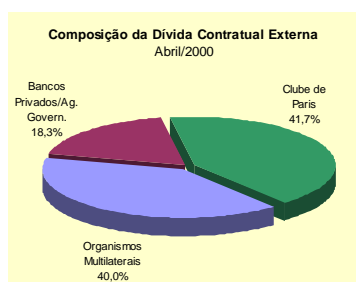
A dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional está estruturada em Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Títulos Depositados em Garantia (Haveres) e Disponibilidades Externas de Fundos, Autarquias e Fundações (Haveres). No âmbito da Dívida Mobiliária Externa (R\$ 96,0 bilhões em abril), 63,6% dos títulos são Bônus de Renegociação, também conhecidos como *Bradies*, e os restantes 36,4% são Bônus de Captação.

Em abril, com o lançamento do Bônus Samurai 2003 (em yen), a participação das emissões em dólar e euro caíram, respectivamente, para 63,1% e 27,2% do total de bônus de captação, conforme demonstrado a seguir.

Em abril/2000, do total de bônus de captação emitidos pelo Tesouro Nacional, 63,1% eram em Dólar e 27,2% em Euro.

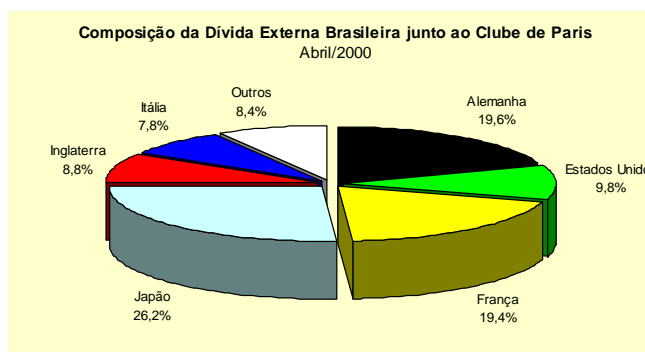


Como se observa no gráfico ao lado, do total da dívida contratual externa do Tesouro Nacional, em abril, 18,3% estava junto a bancos privados e agências governamentais, 40,0% junto a organismos multilaterais e 41,7% junto ao Clube de Paris.

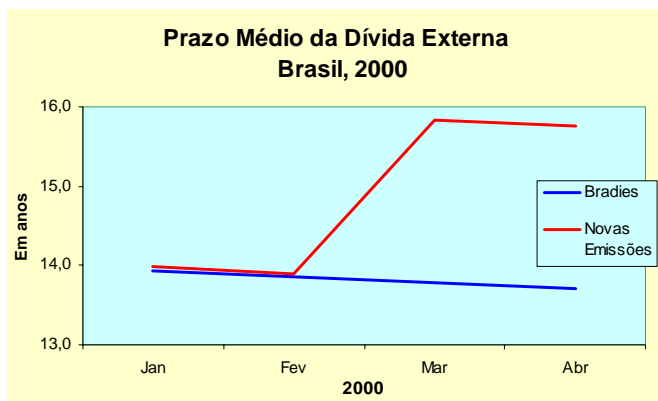


No âmbito do Clube de Paris, o maior credor brasileiro é o Japão, com 26,2% do total, seguido por França (19,4%) e Alemanha (19,6%), conforme pode ser observado no gráfico a seguir, que contempla a composição da dívida externa brasileira junto ao Clube de Paris.

A dívida contratual externa do Tesouro Nacional junto ao Clube de Paris, continua tendo o Japão como o maior credor brasileiro.



Em abril, o prazo médio dos bônus de renegociação (*bradies*), ficou em 13,71 anos, caindo um pouco em relação aos meses anteriores, 13,86 anos em fevereiro e 13,78 em março. O prazo médio dos bônus de captação foi de 15,75 anos, com pequena diminuição em relação ao mês anterior (15,83 anos), consequência da emissão do Bônus Samurai de 3 anos. O custo médio dos *bradies* ficou em 6,62% ao ano, enquanto o referente às novas emissões foi de 11,45% ao ano.



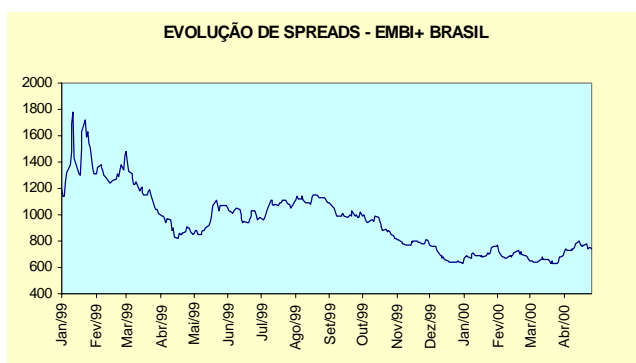
O prazo médio dos bônus de captação da dívida externa foi de 15,75 anos, no mês de abril.

O Boxe ao lado traz as principais características dos bônus da dívida brasileira emitidos no exterior. Como se observa, os últimos títulos lançados pelo Tesouro Nacional contemplam *spreads* menores em relação ao Tesouro Norte-americano (*Basis Points*).

Boxe 4 - Características dos Títulos Brasileiros no Exterior

Bônus	Data de Emissão	Data de Vencimento	Volume (em milhões)		Basis Points
			Moeda de Origem	Dólar (Data de Emissão)	
Samurai	22/03/96	22/03/01	JPY 30.000	281	320
Caravela	15/05/96	15/05/99	ESC 12.000	76	262
Eurolibra	11/06/96	11/06/99	GBP 100	153	250
Global 2001	05/11/96	11/05/01	USD 750	750	265
Euronarco	26/02/97	26/02/07	DEM 1.000	592	242
Global 2027	09/06/97	15/05/27	USD 3.500	3.500	395
Euroira	26/06/97	26/06/17	ITL 750.000	443	348
Eurolibra	30/07/97	30/07/07	GBP 150	244	288
Euro 2003	03/03/98	03/03/03	EUR 500	547	417
Euronarco	23/04/98	23/04/08	DEM 750	410	328
Global 2008	04/07/98	07/04/08	USD 1.250	1.250	375
Global 2004	22/04/99	15/04/04	USD 3.000	3.000	629
Euro 2002	29/07/99	29/07/02	EUR 800	869	670
Euro 2004	30/09/99	30/09/04	EUR 500	531	742
Global 2009	25/10/99	15/10/09	USD 2.000	2.000	850
Euro 2006	17/11/99	17/11/06	EUR 700	723	697
Euro 2001	26/11/99	26/11/01	EUR 600	613	483
Global 2020	26/01/00	15/01/20	USD 1.000	1.000	650
Euro 2010	04/02/00	04/02/10	EUR 750	737	652
Global 2030	06/03/00	06/03/30	USD 1.600	1.600	679
Samurai 2003	17/04/00	17/04/03	JPY 60.000	573	359

O gráfico abaixo demonstra a evolução dos *spreads* dos títulos brasileiros no exterior, calculado sob o critério do "EMBI +". O "EMBI +" é um índice (Emerging Markets Bond Index) desenvolvido e mantido pela JP Morgan Securities, que mede, em termos de *spread*, o desempenho dos bônus de países emergentes. É o índice mais utilizado neste mercado, atualmente. Como se observa, o spread dos títulos brasileiros no exterior vem, ao longo dos últimos meses, mantendo uma tendência de queda, apesar da grande volatilidade dos mercados internacionais.



RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

1 Em abril, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 3,9 bilhões. O Tesouro Nacional obteve superávit de R\$ 4,6 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 663,7 milhões e R\$ 40,9 milhões, respectivamente. No ano, o resultado primário do Governo Central acumula superávit de R\$ 11,0 bilhões, contra R\$ 9,5 bilhões no ano anterior.

Em abril, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 3,9 bilhões.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1999-2000**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Mar 2000	Abr 2000	Jan-Abr 1999	Jan-Abr 2000
I. RECEITA TOTAL	20.174,9	19.020,6	67.432,2	74.845,7
I.1. Receitas do Tesouro	15.849,0	14.873,7	52.875,8	58.343,9
I.1.1 Receita Bruta	16.201,5	15.096,0	53.710,4	59.759,1
I.1.2. (-) Restituições	(246,8)	(135,7)	(503,9)	(1.023,2)
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(105,7)	(86,7)	(330,7)	(392,0)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.325,9	4.147,0	14.556,4	16.501,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.293,5	3.424,2	12.174,7	13.309,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	16.881,4	15.596,5	55.257,5	61.536,1
IV. DESPESA TOTAL	12.790,6	11.663,5	45.500,6	50.379,3
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.140,1	4.025,2	15.237,4	17.793,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.781,3	4.810,7	17.263,1	18.923,6
IV.3. Custeio e Capital	3.869,1	2.827,6	13.000,1	13.662,1
IV.3.1. Despesas do FAT	673,2	214,7	1.643,8	1.639,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	264,3	180,5	672,6	573,2
IV.3.3. Outras Despesas	2.931,7	2.432,4	10.683,8	11.449,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	4.090,9	3.933,0	9.756,9	11.156,8
V.1. Tesouro Nacional	4.546,3	4.596,7	12.463,6	13.578,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(455,4)	(663,7)	(2.706,7)	(2.421,9)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(49,4)	(40,9)	(223,1)	(195,2)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	4.041,5	3.892,0	9.533,9	10.961,6
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,04%	2,94%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: Abr2000/Abr1999	
Receitas	11,0%
Tesouro	10,3%
Previdência	13,4%
Transferências	9,3%
Receita Líquida	11,4%
Despesas	10,7%
Benefícios	9,6%
Pessoal	16,8%
Custeio e Capital	5,1%

No quadrimestre, a despesa total do Governo Central reduziu-se 1,0 ponto percentual do PIB em comparação ao mesmo período do ano passado, praticamente compensando a menor arrecadação. A diminuição da despesa, em particular com custeio e capital, reflete o esforço de contenção de gastos compatível com a evolução da receita, com vistas à obtenção das metas fiscais para o exercício de 2000.

As receitas líquidas passaram de 17,6% para 16,5% do PIB até o período. A redução decorre, basicamente, do comportamento atípico da arrecadação em 1999, principalmente com impostos e concessão de serviços de telefonia.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Acumulado Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	21,5%	20,1%
Transferências	3,9%	3,6%
Receita Líquida	17,6%	16,5%
Despesa Total	14,5%	13,5%
Resultado Primário	3,0%	2,9%

O déficit acumulado da Previdência Social no primeiro quadrimestre de 2000 caiu 10,5%, em relação a igual período de 1999.

Observa-se, também, que o déficit acumulado da Previdência Social (RGPS) no primeiro quadrimestre de 2000, reduziu-se 10,5%, em termos nominais, ou 0,3 ponto percentual do PIB, quando comparado a igual período do ano passado. De janeiro a abril de 1999, o déficit do sistema previdenciário atingiu o montante de R\$ 2,7 bilhões, contra um déficit de R\$ 2,4 bilhões ocorrido em 2000.

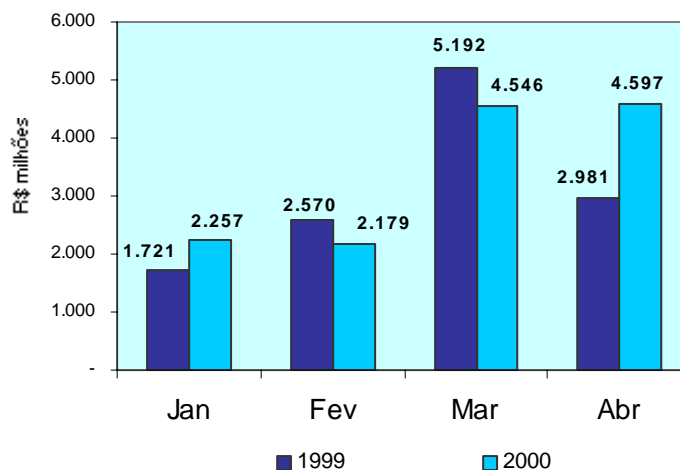
A melhora nas contas da Previdência se deve principalmente ao incremento de R\$ 1,9 bilhão na receita registrada de janeiro a abril deste ano, correspondendo a um acréscimo de 13,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Diversos fatores contribuíram para a elevação das receitas previdenciárias, dentre os quais se destacam: o recolhimento de depósitos judiciais; a receita decorrente da emissão de certificados da dívida pública (CDP); e o recolhimento proveniente da retenção de 11,0% do valor bruto da fatura das empresas prestadoras de serviços (sub-rogação), previsto na Lei nº 9.711/98.

Tesouro Nacional

O superávit primário do Tesouro Nacional acumulado até abril foi de R\$ 13,6 bilhões, equivalente a 3,6% do PIB.

O Tesouro Nacional obteve superávit de R\$ 13,6 bilhões de janeiro a abril deste ano, superior em R\$ 1,1 bilhão ao observado em igual período de 1999, a despeito do maior montante de receitas extras naquele ano. Em relação ao PIB, registrou-se uma redução equivalente a 0,4 ponto percentual no superávit do Tesouro Nacional tendo em vista que a diminuição nas despesas foi inferior à queda ocorrida nas receitas como pode-se observar na tabela ao lado.

Superávit do Tesouro Nacional
Brasil, 1999/2000



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
Acumulado Jan-Abr (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,9%	15,6%
Transferências	3,9%	3,6%
Despesas do Tesouro	9,0%	8,4%
Resultado Primário	4,0%	3,6%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As transferências a estados e municípios mantiveram-se abaixo do registrado em 1999, tendo passado de 3,9% do PIB nos quatro primeiros meses daquele ano, para 3,6% em igual período de 2000. A redução, de 0,3 ponto percentual, é reflexo do menor recolhimento, em proporção do PIB, das receitas tributárias sujeitas a transferências constitucionais (IR e IPI). Registre-se, ademais, que, no ano passado, as transferências refletiram o impacto de algumas receitas extraordinárias, sobretudo IRPJ, decorrente do pagamento de débitos em atraso, e IRRF, sobre aplicações em fundo de renda fixa com aniversário posterior ao dia 22/12/98.

As transferências relacionadas à desoneração do ICMS também foram menores de janeiro a abril deste ano, em comparação com as do ano passado. Neste caso, vale destacar, isso ocorreu tanto em termos nominais (20,2%), quanto em relação ao PIB (redução de 0,1 ponto percentual). Esse comportamento está associado ao fato de no primeiro quadrimestre de 1999 terem ocorrido transferências extraordinárias, devido à alteração na metodologia de cálculo, além de repasses adicionais autorizados pela Portaria Interministerial n.º 340/98.

As demais transferências atingiram R\$ 1,4 bilhão no quadrimestre (0,4 ponto percentual do PIB), contra R\$ 779,9 milhões em 1999. Merece registro o recolhimento de R\$ 504,0 milhões em *royalties*, pela Petrobras (Lei n.º 9.478/97), sem paralelo em igual período de 1999, como observado na tabela ao lado. O aumento de R\$ 98,7 milhões na contribuição ao salário-educação decorre, a maior parte, do recolhimento dos recursos referentes ao décimo-terceiro salário de 1999, ocorrido apenas em janeiro deste ano, e não no próprio mês de dezembro, como nos anos anteriores.

A receita bruta do Tesouro Nacional foi de R\$ 15,1 bilhões em abril, R\$ 1,1 bilhão a menos do que foi obtido no mês anterior. Essa redução está relacionada à arrecadação de depósitos judiciais e administrativos registrada em março, sem correspondência em abril. De fato, a redução ocorreu com maior ênfase no IRPJ (43,3%) e na CSLL (45,2%), tributos que em março apresentaram arrecadação extra de R\$ 914,0 milhões e R\$ 440,0 milhões, respectivamente, por conta dos depósitos judiciais.

Adicionalmente, vale destacar que em março houve a incidência de cinco semanas de fato gerador, contra quatro semanas de abril, com reflexos negativos na arrecadação dos impostos e contribuições com apuração semanal do mês em análise. Dentre os tributos que apresentaram redução, destacam-se o IRRF (17,6%), o IOF (14,2%) e a CPMF (18,9%).

Transferências a estados e municípios

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS**
Acumulado Jan-Abr (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	3,2%	2,9%
Desoneração do ICMS	0,4%	0,3%
Demais	0,2%	0,4%
Total	3,9%	3,6%

**DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS**
Acumulado Jan-Abr

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Salário-Educação	489,2	587,9
Royalties Lei 9478	-	504,0
Fundef	177,9	178,3
Outras	112,8	128,1
Total	779,9	1.398,3

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Boxe 1 – Arrecadação da Taxa Fistel

A taxa Fistel é devida pelas empresas concessionárias e permissionárias dos serviços de telecomunicações. A receita é recolhida à conta única do Tesouro Nacional para a Anatel, agência vinculada ao Ministério das Comunicações.

Esses recursos compõem o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), e são destinados para melhoria da fiscalização dos serviços prestados pelas empresas.

No ano, a arrecadação dessa taxa atingiu R\$ 372,7 milhões, a maior parte ingressado no Tesouro em abril, mês em que se concentram os pagamentos desse tributo.

Por outro lado, merece destaque o pagamento da cota única ou da primeira cota relativa à declaração de ajuste das pessoas físicas do exercício de 2000, contribuindo para acréscimo de 380,6% (R\$ 646,2 milhões) na arrecadação do IRPF do mês.

Da mesma forma, as demais receitas do Tesouro Nacional cresceram 53,6% (R\$ 642,6 milhões) em relação a março passado, reflexo do comportamento das seguintes rubricas:

- concessões de serviços de telecomunicações (banda B): no mês passado a arrecadação foi de R\$ 156,3 milhões, e, em abril, foi de R\$ 379,8 milhões;
- *royalties* da Petrobras, referente à cota-parte das compensações financeiras previstas na Lei n.º 9.478/97: acréscimo de R\$ 158,5 milhões no mês; e
- taxa Fistel: devido à concentração do pagamento do tributo em março (com ingresso na conta única em abril), o aumento nas receitas foi de R\$ 229,6 milhões (vide boxe 1).

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 59,8 bilhões, superando em 11,3% a receita obtida em igual período de 1999. Como proporção do PIB, no entanto, houve redução na arrecadação de aproximadamente 1,1 ponto percentual, decorrente de fatores atípicos que contribuíram para elevação da arrecadação de 1999.

A desistência de ações judiciais e a extensão da tributação sobre aplicação financeira de renda fixa às operações de hedge contribuíram com cerca de R\$ 3,4 bilhões até abril do ano passado, sem correspondência neste ano. Esses fatores explicam grande parte da queda relativa de 1,4 ponto percentual do PIB nas receitas com impostos, particularmente sobre a renda, conforme pode-se ver na tabela ao lado.

Por outro lado, as contribuições sociais cresceram 1,4 ponto percentual do PIB, acréscimo nominal de R\$ 8,6 bilhões no período. Dois fatores contribuíram para essa receita: i) a reintrodução da cobrança da CPMF, com alíquota de 0,38%, a partir de 17/06/99, gerando recursos adicionais da ordem de R\$ 4,1 bilhões; e, ii) a elevação da alíquota da Cofins de 2% para 3%, com obrigatoriedade do pagamento desta pelas instituições financeiras, contribuindo adicionalmente com outros R\$ 4,1 bilhões.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Impostos	9,0%	7,6%
Imposto de Renda	6,0%	5,2%
IPI	1,6%	1,5%
Outros	1,4%	0,9%
Contribuições Sociais	5,7%	7,1%
Cofins	2,6%	3,3%
CPMF	0,2%	1,3%
CSLL	1,0%	1,0%
Outras	1,9%	1,5%
Demais	2,4%	1,4%
Conta Petróleo	0,3%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,1%
Concessões	1,2%	0,2%
Outras	0,7%	1,1%
Total Bruto	17,1%	16,0%

As demais receitas do Tesouro Nacional caíram em relação ao primeiro quadrimestre de 1999, reflexo, em parte, da ausência de superávits da conta petróleo, e do menor ingresso de receitas decorrentes do pagamento de dividendos e de concessão de serviços públicos. Registre-se que em março do ano passado foram recolhidos R\$ 3,3 bilhões em virtude da antecipação do pagamento da segunda parcela de concessão do sistema Telebras e, em janeiro, R\$ 408,6 milhões relativos a dividendos e participação da União do exercício de 1998, pelo BNDES.

O restante das receitas do Tesouro cresceu nominalmente R\$ 1,8 bilhão no período, com destaque para as receitas de *royalties* da Petrobras (R\$ 735,1 milhões), e *royalties* de Itaipu (R\$ 105,9 milhões), ambas sem paralelo nos quatro primeiros meses de 1999. As demais receitas estão associadas às taxas diversas e receitas parafiscais vinculadas a órgãos da administração direta e indireta, recolhidas via DARF pela Secretaria da Receita Federal ou através de depósitos diretos na conta única do Tesouro Nacional.

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de 14,4% em relação a março, focalizada nos gastos com custeio e capital que ficaram R\$ 1,0 bilhão abaixo da despesa verificada no mês anterior. Registre-se também, em menor escala, a redução das despesas de 2,8% com pessoal e encargos (R\$ 114,9 milhões).

No que concerne aos gastos com custeio e capital, verificou-se redução de R\$ 458,5 milhões nas despesas do FAT. Em março, foram liberados a maior parte (R\$ 255,2 milhões) dos recursos daquele fundo para convênios firmados junto a estados que compõem os Planos Estaduais de Qualificação e Requalificação Profissional. As despesas com abono e seguro desemprego também apresentaram diminuição de março para abril da ordem de R\$ 203,0 milhões. No caso do abono do PIS/Pasep, registre-se que o repasse aos bancos oficiais ocorreu, em sua maior parte, entre os meses de agosto de 1999 a fevereiro de 2000¹.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 180,5 milhões. As despesas com subsídios a programas às exportações reduziram-se em R\$ 103,4 milhões, fundamentalmente em função da menor emissão de NTN-I para fazer face aos contratos entre os exportadores e as instituições financeiras federais no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

**DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
Acumulado Jan-Abr**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Demais	7.611,6	5.049,2
Conta Petróleo	1.053,1	-
Dividendos da União	596,9	333,0
Concessões	3.658,9	652,1
Outras	2.302,7	4.064,1

**Despesas do
Tesouro em relação
ao mês anterior**

¹ De acordo com cronograma constante da Resolução Codefat nº 213/99, os beneficiários dos abonos do PIS e do Pasep tinham até 28 de abril para efetuar o saque, junto à instituições financeiras, dos valor do benefício.

As outras despesas de custeio e capital caíram cerca de R\$ 500,0 milhões em relação ao mês anterior.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Abr (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Pessoal e Encargos	4,9%	4,8%
Custeio e Capital	4,2%	3,7%
Despesas do FAT	0,5%	0,4%
Subsídios e Subvenções	0,2%	0,2%
Outras	3,4%	3,1%

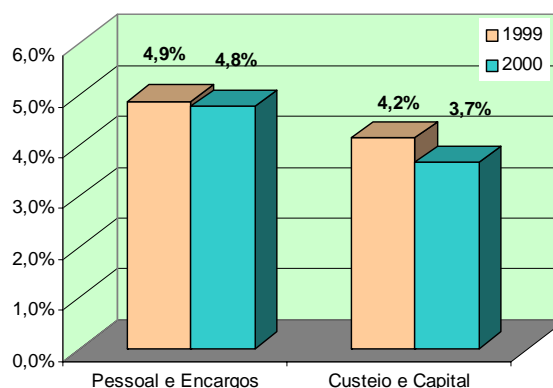
As despesas de custeio e capital reduziram-se em 0,5 ponto percentual do PIB no primeiro quadrimestre de 2000.

Por fim, as demais despesas com custeio e capital reduziram-se em R\$ 499,3 milhões refletindo a contenção nos gastos necessária à obtenção das metas fiscais traçadas a partir da compatibilização com o comportamento das receitas no período.

As despesas do Tesouro Nacional reduziram-se 0,6 ponto percentual do PIB, quando comparadas ao primeiro quadrimestre de 1999, sendo 0,1 ponto percentual relativo aos gastos com pessoal e encargos e 0,5 referentes às despesas de custeio e capital.

As despesas com pessoal e encargos sociais atingiram o equivalente a 4,8% do PIB no quadrimestre. Em termos nominais a despesa cresceu R\$ 2,6 bilhões explicado pela correção de gratificações de carreiras de servidores militares, do Poder Judiciário, das áreas de ciência e tecnologia e fiscalização de receitas, ocorridas ao longo de 1999. Também contribuíram para esse crescimento as alterações referentes às datas de pagamento de servidores federais (Medida Provisória nº 1.955-67/2000), a concessão, a partir de janeiro de 2000, de auxílio moradia aos magistrados e juizes (extensiva aos procuradores do Ministério Público da União) e o pagamento, também em janeiro, da segunda parcela do percentual de 28,86% devido aos servidores do Poder Executivo, em decorrência de decisão judicial, conforme previsto no artigo 6º da Medida Provisória nº 1.962-25/2000.

Despesas do Tesouro Nacional
(acumulado até abril, em % do PIB)



No que se refere às despesas de custeio e capital, embora a execução tenha sido regida pela regra do duodécimo prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em função de não ter-se verificado a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA), no período em exame diversos órgãos efetuaram

pagamentos relativos às despesas de restos a pagar do ano anterior o que não deverá pressionar as despesas do exercício de 2000. A execução das despesas de custeio e capital, cumpre salientar, obedecerá a partir de maio, aos limites estabelecidos no Decreto nº 3.473/2000, com vistas a manter a compatibilização entre a realização das receitas e a execução das despesas de forma a assegurar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

Os subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações reduziram-se em 23,9% (R\$ 109,0 milhões) comparativamente a igual período de 1999. Esse movimento pode ser atribuído, basicamente, à redução dos gastos com equalização de taxas de juros do Proex, em decorrência das alterações implementadas nas regras relativas à emissão de títulos públicos para custeio deste programa, conforme Medida Provisória n.º 1.974/2000. As despesas no âmbito do mencionado programa passaram de R\$ 321,4 milhões, em 1999, para R\$ 216,8 milhões, em 2000.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 663,7 milhões em abril. Cabe destacar que, com o incremento da arrecadação líquida em relação à verificada em 1999, o déficit observado neste mês é inferior ao registrado na maioria dos meses daquele ano.

A tabela a seguir mostra em detalhes a evolução do resultado primário do RGPS ao longo dos quatro primeiros meses de 2000. Excetuando o recolhimento extra de depósitos judiciais e administrativos em março, o déficit em abril apresenta-se, praticamente, no mesmo patamar do mês anterior uma vez que as despesas com benefícios registraram apenas uma ligeira elevação de R\$ 29,4 milhões.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL				
Brasil, 2000				
DISCRIMINAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR
Arrecadação Líquida	3.946,0	4.082,8	4.325,9	4.147,0
Arrecadação Bruta	4.445,2	4.403,4	4.609,6	4.453,2
- Contribuição Previdenciária	4.161,9	4.195,0	4.168,8	4.211,7
- Simples	181,3	134,1	141,3	147,4
- CDP	3,1	2,1	34,7	21,3
- Depósitos Judiciais	44,1	64,0	257,7	65,1
- Outras Receitas	54,8	8,1	7,2	7,7
(-) Restituição/Devolução	(9,5)	(14,5)	(13,3)	(16,0)
(-) Transferências a Terceiros	(489,7)	(306,1)	(270,3)	(290,3)
Benefícios Previdenciários	4.671,1	4.660,4	4.781,3	4.810,7
Resultado Primário	(725,2)	(577,6)	(455,4)	(663,7)

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		
Acumulado Jan-Abr		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Agricultura	133,4	129,5
Custeio Agropecuário	71,3	48,4
Investimento Rural	1,3	6,4
Preços Agrícolas	(37,8)	(36,7)
- EGF	4,3	1,4
- AGF	(57,6)	(39,1)
- Sustentação de preços	15,5	1,0
Pronaf	98,5	111,4
Securitização (Lei 9138)	-	-
Exportação	321,4	216,2
Proex	321,4	216,2
Total	454,8	345,8

Previdência Social

Benefícios	Março		
	1999	2000	%
Quantidade*	18,3	18,9	3,5%
Valor Médio**	239,3	252,9	5,7%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

O déficit da Previdência Social (RGPS) em abril foi de R\$ 663,7 milhões.

Boxe 2 - Fator Previdenciário

A Lei nº 9.876, de 26/11/99, introduziu a figura do fator previdenciário incluindo, para efeito de cálculo do salário de benefício, a expectativa de sobrevida, a idade e o tempo de contribuição do segurado. A inserção do referido mecanismo visa a atingir o princípio constitucional de equilíbrio atuarial do sistema na medida em que a aplicação do mesmo reduz os subsídios implícitos e não transparentes dentro da Previdência Social. Na referida Lei ficou estabelecido ainda um mecanismo de transição onde a entrada em vigor do fator ocorrerá de forma gradativa à razão de 1/60 ao mês, a partir da promulgação da Lei. Dada a existência de tal regra, os efeitos mais visíveis sobre a despesa de benefícios do RGPS deverão manifestar-se de forma mais expressiva no médio e longo prazo.

Em termos acumulados, o RGPS registrou déficit de R\$ 2,4 bilhões, equivalente a 0,6% do PIB, inferior ao obtido em igual período de 1999, quando atingiu R\$ 2,7 bilhões, ou 0,9% do PIB.

Até o período, a arrecadação líquida atingiu R\$ 16,5 bilhões estando R\$ 1,9 bilhão acima da arrecadação verificada no mesmo período do ano anterior. Pode-se enumerar três fatores que têm contribuído para o seu crescimento: i) o recolhimento proveniente da retenção de 11,0% do valor bruto da nota fiscal pelas empresas contratantes de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, que perfaz R\$ 1,0 bilhão nos quatro primeiros meses deste ano, contra R\$ 775,3 milhões em idêntico período de 1999 (Lei nº 9.711/98); ii) recolhimento de receitas decorrentes do Simples, que atingiram R\$ 604,1 milhões de janeiro a abril, contra R\$ 454,8 milhões no ano anterior; e iii) o ingresso de recursos oriundos de depósitos judiciais e administrativos, no total de R\$ 430,8 milhões, sem contrapartida no ano anterior. Apesar disso, em relação ao PIB houve um decréscimo de 0,2 ponto percentual na arrecadação líquida.

As despesas com benefícios atingiram R\$ 18,9 bilhões no quadrimestre, ao passo que em idêntico período de 1999 a despesa totalizou R\$ 17,3 bilhões. Em termos percentuais do PIB, verificou-se uma redução equivalente a 0,4 ponto percentual como reflexo da redução do peso das aposentadorias por tempo de serviço, cujo valor médio é superior ao das aposentadorias em geral (idade e invalidez). No primeiro quadrimestre de 2000, as novas concessões de aposentadorias em geral totalizaram 211,8 mil contra 245,9 mil verificadas em 1999. Embora o valor médio dos benefícios concedidos sob a modalidade de aposentadoria por tempo de serviço tenha se elevado de R\$ 606,6 para R\$ 635,8, no mesmo período de comparação, as novas concessões nessa modalidade caíram de 55,4 mil, nos quatro primeiros meses de 1999 para 39,0 mil em idêntico período de 2000.

Benefícios	Dez/1998- Mar/1999	Dez/1999- Mar/2000	%
Quantidade*	18,2	18,9	3,6%
Valor Médio**	239,3	252,6	5,6%

(*) média em milhões

(**) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

**Déficit da Previdência Social
Brasil, 1999/2000**
